



LIVRO ELETRÔNICO
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**DIREITO CONSTITUCIONAL e PROCESSO
LEGISLATIVO**

**Crimes de Responsabilidade e abuso de
autoridade. Lei nº 1.079/1950 e Lei nº
13.869/2019 (crimes de abuso de
autoridade)**

Tipo de Aula em PDF:

**Aula em PDF Autossuficiente
(Teoria e Questões comentadas)**

**Aula em PDF de Revisão (Direto ao
Ponto)**

Autor:
**ALVARO COSTA JR (Me),
MARIA DAS GRAÇAS RUA
(Dra.) e RODRIGO SILVA
PEREIRA (Me)**



Sumário

1. Questões Comentadas	3
Questões Sem Gabarito	23
Gabarito	35

1. Questões Comentadas

Questão 1- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Andradina - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - Prefeitura de Andradina - SP - Procurador Jurídico Municipal

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A referida publicação de comentários na Internet que atribuem culpa ao investigado antes da acusação formal configura mera infração administrativa, contudo a divulgação das imagens obtidas durante a diligência investigativa caracteriza crime de abuso de autoridade.

- C) Certo
- E) Errado

Comentário

Item está incorreto. A Lei nº 13.869/2019 tipifica como crime de abuso de autoridade tanto a divulgação de imagens obtidas durante diligência investigativa quanto a atribuição pública de culpa ao investigado antes da conclusão das apurações ou da acusação formal, não se tratando, em nenhum desses casos, de mera infração administrativa; assim, ao afirmar que a imputação de culpa em redes sociais configuraria apenas infração administrativa, o item contraria expressamente o disposto no art. 38 da lei.

Lei n.º 13.869/2019

Art. 28. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado:

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação: [\(Promulgação partes vetadas\)](#)
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Questão 2- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGE-PR Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - PGE-PR - Procurador

No que se refere ao regime constitucional do Poder Executivo nas diferentes esferas da Federação, julgue os itens a seguir.

- I- Não se aplica aos governadores a norma constitucional que proíbe a responsabilização do presidente da República, durante o mandato, por atos estranhos às respectivas funções.
- II- É admitida a prisão cautelar de governador.
- III- É juridicamente válido, em situações excepcionais, realizar eleição indireta para o cargo de governador de estado.
- IV- Governador tem competência para editar medida provisória, se a constituição estadual assim previr.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Comentário

Gabarito: E

- I- Correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) possui o entendimento consolidado (ADI 1028) de que a norma do art. 86 § 4º da CF é de reprodução proibida.
- II- Correta. A vedação à prisão cautelar, art. 86, §3º da CF, também é norma restrita ao executivo federal, conforme entendimento do STF (ADI 1028 e ADI 978). Assim, essa imunidade não é estendida aos governadores.
- III- Correta. A constituição federal prevê, em situações excepcionais de dupla vacância nos últimos dois anos de mandato, a possibilidade de eleição indireta pelo Congresso Nacional. Pelo princípio da simetria, extrai-se que essa pode ser uma hipótese de solução também em no âmbito estadual, embora o estado possua autonomia.
- IV- Correta. Entendimento consolidado na ADI 425 pelo STF que define a constitucionalidade de medida provisória estadual, se estiver previsto

4

o instituto na constituição do estado, observando a simetria do modelo adotado pela constituição federal.

Questão 3- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TC-DF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TC-DF - Procurador

Julgue o item que se segue com base no disposto no Código Penal e nas Leis n.º 12.850/2013, n.º 13.869/2019 e n.º 9.613/1998 e respectivas alterações.

À falta de qualquer indício da prática de infração, a requisição de procedimento investigatório de delito administrativo em desfavor de alguém é crime de abuso de autoridade, ainda que tal requisição seja realizada por meio de sindicância devidamente justificada.

- C) Certo
- E) Errado

Comentário

Errado. Nos termos do art. 27 da Lei nº 13.869/2019, constitui crime de abuso de autoridade requisitar ou instaurar procedimento investigatório sem indícios da prática de infração, **ressalvada expressamente a hipótese de sindicância ou investigação preliminar devidamente fundamentada**, o que afasta a tipicidade penal; portanto, ao afirmar que haveria crime mesmo quando a requisição se dá por meio de sindicância devidamente justificada, o item contraria a exceção legal prevista.

Lei n.º 13.869/2019

Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa:
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.

Questão 4- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PC-AL Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PC-AL - Delegado de Polícia Civil

Relativamente aos servidores civis, à responsabilidade do presidente da República e do Poder Judiciário, julgue o item seguinte.

Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.

5

C) Certo

E) Errado

Item incorreto. Embora caiba ao procurador-geral da República oferecer denúncia contra o presidente da República por crime comum, o afastamento do cargo por até 180 dias não ocorre com o simples oferecimento da denúncia, mas somente com o seu recebimento pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 86 da Constituição Federal; assim, a assertiva antecipa indevidamente o marco jurídico da suspensão das funções presidenciais.

Critério	Crime Comum	Crime de Responsabilidade
Natureza jurídica	Infração penal prevista no Código Penal ou em legislação penal especial	Infração político-administrativa de natureza constitucional
Fundamento legal	Código Penal e leis penais especiais	Constituição Federal (art. 85) e Lei nº 1.079/1950
Órgão que oferece a acusação/denúncia	Procurador-Geral da República	Qualquer cidadão pode denunciar o Presidente da República (art. 14 da Lei 1.079/50), perante a Câmara dos Deputados.
Juízo de admissibilidade	Câmara dos Deputados poderá admitir a acusação com o quórum de 2/3 dos seus membros	Câmara dos Deputados poderá admitir a acusação com o quórum de 2/3 dos seus membros
Órgão julgador	Supremo Tribunal Federal	Senado Federal
Afastamento do cargo	Até 180 dias, após o recebimento da denúncia ou queixa pelo STF	Até 180 dias, após instauração do processo pelo Senado
Sanções	Pena criminal (reclusão, detenção, multa)	Perda do cargo e inabilitação do cargo público
Repercussão penal	Pode gerar reincidência e antecedentes	Não gera antecedentes penais
Pode ser preso	Somente após sentença condenatória	Não, pois não há pena de prisão

Questão 5- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - TCE-RJ - Procurador do Ministério Público

A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

Se a ação penal pública não for proposta no prazo legal, admite-se ação privada, devendo ser interposta pelo ofendido em seis meses decadenciais, contados da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

- C) Certo
- E) Errado

Comentário

Certo. A regra geral da lei de abuso de autoridade é a ação penal pública **incondicionada**, de titularidade do Ministério Público. Excepcionalmente, quando o MP não oferece a denúncia no prazo legal, admite-se **a ação penal privada subsidiária da pública**, que pode ser proposta pelo ofendido ou por seu representante legal, e, na falta destes, por seus sucessores (arts. 29, 30 e 31 do CPP).

No item proposto, a banca cita o prazo de seis meses decadenciais, atente-se ao fato de que a decadência da ação penal privada subsidiária da pública é a **decadência imprópria**, que ocorre quando o ofendido não propõe a ação no prazo de 6 meses contados do esgotamento do prazo do ministério público. Neste caso, é imprópria porque o ofendido ou seu representante legal perdem o direito de propor a queixa, sem que ocorra a extinção da punibilidade do agente, uma vez que o ministério público retoma a plena titularidade da ação penal pública, não há perda definitiva do jus puniendi estatal.

Lei n.º 13.869/2019

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

§ 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

§ 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de 6 (seis) meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

Questão 6- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGM Recife - PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGM Recife - PE - Procurador Judicial Municipal

Determinado presidente da República praticou ato que atenta contra a Constituição Federal de 1988 (CF) e contra a lei orçamentária.

Nessa situação hipotética, caso a acusação contra esse presidente seja admitida

- A) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- B) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns.
- C) por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante a Câmara dos Deputados, nas infrações penais comuns.
- E) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.

Comentário

- A) O quórum está incorreto, não é um 1/3 e sim 2/3, conforme art. 86, caput, da CF.
- B) Item completamente errado, o quórum é de 2/3 dos membros da câmara dos deputados e posterior encaminhamento ao senado federal em julgamento de crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal (STF) no caso de crimes comuns.
- C) Correta. O item está em conformidade com o art. 86, caput, da CF.
- D) Incorreta. O juízo de admissibilidade é realizado pela câmara dos deputados e o julgamento pelo STF, em infrações penais comuns, e pelo senado federal, em crimes de responsabilidade.
- E) Incorreto. A alternativa inverteu as funções da câmara dos deputados e do senado federal responsáveis, respectivamente, por juízo de admissibilidade com 2/3 dos membros e julgamento dos crimes de responsabilidade.

Questão 7- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - TCE-RJ - Procurador do Ministério Público

A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

São efeitos possíveis, mas não automáticos, da condenação por abuso de autoridade, no caso de reincidência, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um a cinco anos e a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Item certo. Nos termos do art. 4º da Lei nº 13.869/2019, a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo prazo de 1 a 5 anos constituem efeitos **não automáticos** da condenação por abuso de autoridade, **dependem de declaração motivada** na sentença e somente são aplicáveis em caso de **reincidência**, razão pela qual a assertiva está correta.

Questão 8- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TRF - 6ª REGIÃO Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO - Analista Judiciário – Área: Administrativa – Sem Especialidade

Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item a seguir.

Em caso de crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República, o julgamento caberá ao Senado Federal.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. A acusação contra o presidente da república, quando admitida por 2/3 da Câmara dos Deputados, será julgada pelo senado federal, nos crimes de responsabilidade, e pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, nos termos do art. 52, I e 86, caput, da Constituição Federal.

Questão 9- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial

Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Os integrantes de sociedade de economia mista e de empresa pública não estão sujeitos à tipificação penal prevista na lei que define os crimes de abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. A Lei nº 13.869/2019 alcança qualquer agente público, assim entendido todo aquele que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública, inclusive em entidades da **administração indireta**, como empresas públicas e sociedades de economia mista; portanto, seus integrantes estão, sim, sujeitos à tipificação penal por abuso de autoridade, conforme art. 2º, caput e parágrafo único da Lei nº 13.869/2019

Questão 10- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Analista Judiciário - Área: Administrativa

No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

Apesar da terminologia adotada na CF quanto à responsabilidade do presidente da República, os denominados crimes de responsabilidade não têm natureza jurídica penal.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. Apesar da denominação constitucional, os chamados crimes de responsabilidade do Presidente da República não possuem natureza penal, mas sim **natureza jurídico-política** (ou político-administrativa), pois visam à proteção da ordem constitucional e são apurados em processo de índole política, com admissão da acusação por 2/3 da Câmara dos Deputados, julgamento pelo

Senado Federal e aplicação de sanções como perda do cargo e inabilitação, e não penas criminais.

Questão 11- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - STJ - Analista Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Inspetor da Polícia Judicial

Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue o item a seguir.

A aplicação das penas previstas na Lei de Abuso de Autoridade requer a imposição das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Item incorreto. A Lei nº 13.869/2019 adota expressamente o princípio da **independência das instâncias**, ao dispor em seu art. 6º, caput, que a aplicação das sanções penais por abuso de autoridade independe da imposição das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis, sendo desnecessária a aplicação prévia ou concomitante das sanções civis ou administrativas para que sejam aplicadas as penas penais previstas na lei.

Questão 12- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGM - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PGM - SP - Procurador do Município

No que diz respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A) Há consenso na doutrina de que o Poder Executivo exerce funções bem delimitadas e distintas das dos demais poderes, devido à rígida e absoluta separação dos poderes na CF.
- B) No regime de responsabilidade do presidente da República, ele será suspenso de suas funções se a Câmara dos Deputados receber denúncia por infração penal comum.
- C) Inclui-se entre as atribuições do presidente da República propor ao Congresso Nacional a declaração de estado de defesa e de estado de sítio.
- D) As atribuições constitucionais do presidente da República são indelegáveis.

- E) Ao processo de responsabilização criminal comum e por crime de responsabilidade do presidente da República aplica-se o Código de Processo Penal apenas de forma subsidiária, quando for o caso.

Comentário

- A) Incorreta. A Constituição adota a separação de poderes com freios e contrapesos, isto é, com funções típicas e atípicas exercidas pelos Poderes, não há separação rígida e absoluta.
- B) Incorreta. O presidente não é suspenso após o recebimento pela câmara dos deputados, mas sim, depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas infrações penais comuns ou após instaurado o processo pelo senado federal, nos crimes de responsabilidade, conforme art. 86, § 1º, I e II, da CF.
- C) Incorreta. Segundo o art. 84, IX da CF, compete privativamente ao presidente decretar estado de defesa e de sítio, não propor a declaração. Contudo, o procedimento não é igual para ambos. No estado de defesa, o presidente o decreta em local restrito e determinado e há manifestação do congresso nacional somente depois, já no estado de sítio inicialmente o presidente deve solicitar e ouvir o congresso nacional antes da medida ser implementada.

	Presidente	Manifestação do Congresso Nacional
Estado de D efesa (Art. 136/CF)	DECRETA	POSTERIOR
Estado de S ítio (Art. 137/CF)	SOLICITA	PRÉVIA
Em ambos, é necessário ouvir os conselhos da república e de defesa nacional		

- D) Incorreta. O art. 84, parágrafo único da CF autoriza o presidente a delegar os incisos VI, XII e XXV, primeira parte aos ministros de estado, ao procurador-geral da república ou ao advogado-geral da união.
- E) Correta. A aplicação subsidiária do código de processo penal neste caso é prevista expressamente no art. 38 da Lei 1.079/50, que trata dos crimes de responsabilidade e seu processo de julgamento.

Questão 13- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: CNJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - CNJ - Analista Judiciário - Área Judiciária

Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A citada lei prevê como penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade a limitação de fim de semana, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 mês a 12 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. A limitação de fim de semana é pena restritiva de direito prevista no código penal, não na lei 13.869/2019. Além disso, embora a lei 13.869/19, em seu art. 5º, disponha sobre a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, com perda dos vencimentos e das vantagens como penas restritivas de direito substitutivas, o prazo citado está incorreto, a suspensão pode perdurar pelo prazo de 1(um) a 6(seis) meses. Essas penas podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Questão 14- Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-PR Prova: CESPE - 2019 - TJ-PR - Juiz Substituto

Tratando-se de processo referente a crime de responsabilidade cometido por presidente da República, a Constituição Federal de 1988 exige que o juízo de admissibilidade seja realizado

- A) pela Câmara dos Deputados.
- B) pelo Senado Federal.
- C) pelo STF.
- D) pelo Congresso Nacional.

Comentário

Letra A. No caso de crime de responsabilidade, o juízo de admissibilidade dependerá da câmara dos deputados, que poderá admitir a acusação por 2/3 dos seus membros, de acordo com o art. 86, caput da CF.

Questão 15- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPC-SC Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPC-SC - Procurador de Contas do Ministério Público

Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

Caso seja reconhecida a reincidência em crime de abuso de autoridade, a perda do cargo público é efeito automático da sentença condenatória.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. A perda do cargo, função ou mandato e a inabilitação para o exercício de função pública são efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade que exigem tanto reincidência e quanto declaração em decisão devidamente motivada, uma vez que não são automáticos, nos termos do art. 4º, parágrafo único da lei n.º 13.869/2019.

Questão 16- Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEFAZ-AL Provas: CESPE - 2020 - SEFAZ-AL - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação da Fazenda Estadual

Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. Tanto nos crimes comuns quanto nos crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados exercer o juízo de admissibilidade da acusação contra o Presidente da República, mediante autorização por dois terços de seus membros, sendo o julgamento posterior realizado pelo Supremo Tribunal Federal (crime comum) ou pelo Senado Federal (crime de responsabilidade), em consonância com o art. 86 da CF.

Questão 17- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPC-SC Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPC-SC - Procurador de Contas do Ministério Público

Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões já tenham sido decididas no juízo criminal. Contudo, faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Correta. Embora a lei de abuso de autoridade aplique o princípio de independência das instâncias, o item traz a literalidade de dois artigos previstos na lei nº 13.869/2019. Dessa forma, a decisão do juízo criminal faz coisa julgada na esfera cível e administrativa se reconhecer a incidência de alguma excludente de ilicitude.

Lei nº 13.869/2019

Art. 7º As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Questão 18- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Direito

Com relação aos poderes da República, julgue o item a seguir.

As constituições dos estados não podem estender aos governadores a prerrogativa do presidente da República quanto à impossibilidade de prisão, em crimes comuns, até sentença condenatória transitada em julgado.

C) Certo

E) Errado

Comentários

Certo. Segundo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADI 1028), as constituições estaduais **não podem estender aos governadores** a prerrogativa prevista no art. 86, §3º e § 4º, da Constituição Federal, que impede a prisão do Presidente da República, por crime comum, antes do trânsito em

15

julgado, pois se trata de normas de reprodução proibida, vinculada exclusivamente ao regime constitucional do chefe do Poder Executivo federal.

Questão 19- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial

Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Se um agente público cometer crime de abuso de autoridade, é vedada a substituição de eventual pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. A lei nº 13.869/2019, no art. 5º, prevê expressamente a possibilidade de aplicação de penas restritivas de direito autônomas ou cumulativamente substitutivas de penas privativas de liberdade, são elas a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

Questão 20- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: POLC-AL Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PO-AL - Papiloscopista

A respeito do Poder Executivo, do processo legislativo e do Ministério Público, julgue o item a seguir.

Se o presidente da República cometer crime de responsabilidade, caberá ao procurador-geral da República oferecer denúncia contra ele perante o Supremo Tribunal Federal, o qual, após fazer a análise preliminar da peça acusatória, a enviará ao Senado Federal, que deverá conduzir o processo.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. No caso de crime de responsabilidade, a denúncia pode ser apresentada por qualquer cidadão perante a câmara dos deputados, responsável pelo juízo de admissibilidade. Após aprovação de 2/3 dos membros da casa, o processo segue para o senado federal, o qual é competente para o julgamento, sendo desnecessária análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O examinador pode ter tentado confundir o candidato com o procedimento para crimes comuns do presidente da república, o qual se inicia por meio do procurador-geral da república perante a câmara dos deputados que, após aprovados de 2/3 dos membros, remete o processo para julgamento ao STF.

Questão 21- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Andradina - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - Prefeitura de Andradina - SP - Procurador Jurídico Municipal

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A conduta do agente de ter submetido a filha do investigado, nas circunstâncias narradas, à exibição forçada de dados privados do aparelho celular configura obtenção manifestamente ilícita de prova e enseja a responsabilização do agente por abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. A exigência de exibição forçada de dados privados de aparelho celular, sem mandado judicial específico, mediante ameaça e envolvendo menor de idade, configura obtenção manifestamente ilícita de prova e se adequa à hipótese do art. 25 da Lei nº 13.869/2019, que criminaliza a colheita de prova por meio ilícito em procedimento de investigação ou fiscalização e estabelece a pena de detenção de 1(um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Questão 22- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEPLAN-RR Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - SEPLAN-RR - Analista de Planejamento e Orçamento - Especialidade: Planejamento e Orçamento

Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 estabelece as normas de processo e de julgamento dos crimes de responsabilidade imputáveis ao presidente da República.

C) Certo

E) Errado

Comentário.

Errada. Apesar de haver previsão de normas sobre crimes de responsabilidade na constituição federal, trata-se de um rol exemplificativo. A constituição também dispõe sobre a necessidade de lei especial para definir os crimes, normas sobre o processo e o julgamento, conforme art. 85, parágrafo único da CF. No caso, a lei vigente hoje é a lei nº 1.079/50.

Questão 23- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEE-PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Analista em Gestão Educacional - Direito

Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o próximo item.

Um servidor público determinou a instauração de procedimento fiscalizatório com base no teor de uma correspondência fechada, pertencente ao fiscalizado, cujo conteúdo foi indevidamente devassado por terceiro, e esse fato era previamente conhecido pelo servidor. Nesse caso, o servidor público praticou, em tese, um dos crimes de abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. O ponto central da questão é o conhecimento prévio da ilicitude da prova antes de seu uso, visto que embora o servidor não tenha obtido por si só a prova por meio ilícito, o art. 25, parágrafo único da lei nº 13.869/19 pune com a mesma pena do caput, detenção de 1 a 4 anos e multa, aquele que faz uso da

18

prova ilícita sabendo da sua ilicitude, em desfavor de fiscalizado ou investigado. Dessa forma, em tese, ele cometeu crime de abuso de autoridade.

Questão 24- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEPLAN-RR Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - SEPLAN-RR - Analista de Planejamento e Orçamento - Especialidade: Planejamento e Orçamento

Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Correto. Diante da leitura do rol exposto na constituição, em seu art. 85, VII, é possível afirmar que os atos do presidente que atentem contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais serão considerados crimes de responsabilidade.

Questão 25- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: IBAMA Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - IBAMA - Analista Ambiental - Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É atípica a conduta descrita em lei como abuso de autoridade quando praticada por mero capricho ou satisfação pessoal do agente, sendo exigida a finalidade específica de prejudicar ou beneficiar outrem.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errada. A Lei n.º 13.869/2019 exige dolo específico para a configuração dos crimes nela previstos e esse elemento se caracteriza quando há **M**ero capricho ou satisfação pessoal, intuito de **P**rejudicar outrem ou de **B**eneficiar a si ou a outrem (**MPB**- Art. 1º, §1º da lei 13.869/2019), não sendo eles cumulativos,

isto é, a questão erra ao informar como atípica a conduta praticada com a finalidade específica de mero capricho ou satisfação pessoal.

Questão 26- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

Alternativas

- A) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.
- B) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional
- C) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.
- D) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto
- E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

Comentário

- A) Correta. Em ambos os casos, em conformidade com o art. 86, caput, da CF, a acusação é submetida à câmara dos deputados, que pode admiti-la ao chegar ao quórum de 2/3 dos seus membros.
- B) Incorreta. A constituição federal não estabelece um rol taxativo de competências do vice-presidente da República. Além de substituir e suceder o Presidente da República (art. 79/CF), o vice-presidente pode exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei ou pelo próprio Presidente, como ocorre, por exemplo, com missões específicas ou funções de assessoramento político, o que afasta a ideia de enumeração exaustiva.
- C) Incorreta. O item atribui o mesmo tipo de eleição independente de quando ocorre a vacância. Contudo, na hipótese de dupla vacância, a constituição federal prevê duas possibilidades distintas. Se ela ocorre nos dois primeiros anos de mandato, convocam-se eleições diretas em um prazo de 90 dias da última vaga aberta. Se a vacância ocorre nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição é indireta, realizada pelo congresso nacional em 30 dias.

Dupla Vacância		
2 primeiros anos	⇒ Eleição direta em 90 dias	

2 últimos anos	⇒ Eleição indireta em 30 dias	Os eleitos somente completam o período dos antecessores
-----------------------	-------------------------------	---

- D) Incorreta. Por decreto, o presidente somente pode extinguir cargos que estejam vagos, nos termos do art. 84, VI, b da CF.
- E) Incorreta. O parágrafo único do art. 84 da CF destaca a possibilidade de delegação das atribuições dos incisos VI, XII e XXV, primeira parte aos ministros de estado, ao procurador-geral da república, ao advogado-geral da União

Art. 84 da Constituição Federal- incisos delegáveis

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei; (só primeira parte é delegável)

Questão 27- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Governo de Alagoas - AL Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - Governo de Alagoas - AL - Agente Penitenciário - SEPLAG

Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Eventual abuso cometido no cumprimento da medida alcança exclusivamente os agentes policiais, visto que a legislação de regência não prevê como sujeito ativo membros do Poder Judiciário.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Errado. Cuidado com expressões excludentes como “exclusivamente”. Membros do poder judiciário são previstos expressamente no art. 2º, inciso IV da lei nº 13.869/2019 e podem ser sujeitos ativos das condutas assim como qualquer

agente público. Vale destacar que decretar condução coercitiva de testemunha manifestamente descabida, o que pode não ser o caso, é um exemplo de crime da lei de abuso de autoridade que pode ser cometido somente por juízes, ou seja, membro do judiciário.

Questão 28- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEE-PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Analista em Gestão Educacional - Geral

Considerando as atribuições e responsabilidades do presidente da República e do Congresso Nacional, julgue o item a seguir.

Sujeita-se a crime de responsabilidade o ministro de Estado que se recusar a prestar informações requeridas por qualquer das casas do Congresso Nacional.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. As mesas da câmara dos deputados e do senado federal podem requerer informações, por meio do encaminhamento de pedidos escritos, aos ministros de estado, que incorrerão em crime de responsabilidade em caso de **recusa, não atendimento** em 30 dias ou prestação de **informação falsa**, de acordo com o art. 50, § 2º da CF.

Questão 29- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PRF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - PRF - Policial Rodoviário Federal

A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Comentário

Certo. A lei 13.869/2019 adota uma definição ampla de sujeito ativo, que abrange agentes públicos, servidores ou não, remunerados ou não, ainda que com função transitória e não se limita a esses, por ser um rol exemplificativo.

Questão 30- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: AL-CE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - Analista Legislativo - Consultoria Técnica Legislativa

De acordo com a CF, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra

- I- o exercício dos direitos sociais.
- II- o cumprimento das decisões judiciais.
- III- o livre exercício dos poderes constitucionais dos estados.
- IV- o poder de polícia judiciária.
- V- a organização e o funcionamento da administração federal.

Estão certos apenas os itens

- A) I e II.
- B) III e V.
- C) I, II e III.
- D) III, IV e V.
- E) I, III e IV.

Comentário

Letra C. O enunciado da questão espera que o aluno conheça especificamente as disposições constitucionais, em especial o rol exemplificativo do art. 85 da constituição federal. Vejamos os incisos que correspondem aos itens.

- I- Art. 85, III, CF. III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- II- Art. 85, VII, CF. VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- III- Art. 85, II, CF. II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
- IV- O item, sem respaldo constitucional, buscou confundir o candidato que poderia lembrar do art. 85, IV, CF, que cita a segurança interna do país.
- V- Não há embasamento constitucional para esse item.

Questões Sem Gabarito

Questão 1- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Andradina - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - Prefeitura de Andradina - SP - Procurador Jurídico Municipal

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A referida publicação de comentários na Internet que atribuem culpa ao investigado antes da acusação formal configura mera infração administrativa, contudo a divulgação das imagens obtidas durante a diligência investigativa caracteriza crime de abuso de autoridade.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 2- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGE-PR Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - PGE-PR - Procurador

No que se refere ao regime constitucional do Poder Executivo nas diferentes esferas da Federação, julgue os itens a seguir.

- I- Não se aplica aos governadores a norma constitucional que proíbe a responsabilização do presidente da República, durante o mandato, por atos estranhos às respectivas funções.
- II- É admitida a prisão cautelar de governador.
- III- É juridicamente válido, em situações excepcionais, realizar eleição indireta para o cargo de governador de estado.
- IV- Governador tem competência para editar medida provisória, se a constituição estadual assim previr.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 3- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TC-DF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TC-DF - Procurador

Julgue o item que se segue com base no disposto no Código Penal e nas Leis n.º 12.850/2013, n.º 13.869/2019 e n.º 9.613/1998 e respectivas alterações.

À falta de qualquer indício da prática de infração, a requisição de procedimento investigatório de delito administrativo em desfavor de alguém é crime de abuso de autoridade, ainda que tal requisição seja realizada por meio de sindicância devidamente justificada.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 4- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PC-AL Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PC-AL - Delegado de Polícia Civil

Relativamente aos servidores civis, à responsabilidade do presidente da República e do Poder Judiciário, julgue o item seguinte.

Caso o presidente da República cometa crime comum, caberá ao procurador-geral da República acusá-lo, e, uma vez oferecida por este a denúncia ao Supremo Tribunal Federal, o presidente será afastado de suas funções por 180 dias.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 5- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - TCE-RJ - Procurador do Ministério Público

A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

Se a ação penal pública não for proposta no prazo legal, admite-se ação privada, devendo ser interposta pelo ofendido em seis meses decadenciais, contados da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 6- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGM Recife - PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGM Recife - PE - Procurador Judicial Municipal

Determinado presidente da República praticou ato que atenta contra a Constituição Federal de 1988 (CF) e contra a lei orçamentária.

Nessa situação hipotética, caso a acusação contra esse presidente seja admitida

- A) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- B) por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante o Senado Federal, nas infrações penais comuns.
- C) por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, ou perante a Câmara dos Deputados, nas infrações penais comuns.
- E) por dois terços dos membros do Senado Federal, ele será submetido a julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara dos Deputados, nos crimes de responsabilidade.

Questão 7- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - TCE-RJ - Procurador do Ministério Público

A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

São efeitos possíveis, mas não automáticos, da condenação por abuso de autoridade, no caso de reincidência, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um a cinco anos e a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 8- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TRF - 6ª REGIÃO Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - TRF - 6ª REGIÃO - Analista Judiciário – Área: Administrativa – Sem Especialidade

Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item a seguir.

Em caso de crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República, o julgamento caberá ao Senado Federal.

C) Certo

E) Errado

Questão 9- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial

Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Os integrantes de sociedade de economia mista e de empresa pública não estão sujeitos à tipificação penal prevista na lei que define os crimes de abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Questão 10- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Analista Judiciário - Área: Administrativa

No que concerne ao Estado federal brasileiro, à administração pública e à organização dos Poderes e do Ministério Público, julgue o item subsequente.

Apesar da terminologia adotada na CF quanto à responsabilidade do presidente da República, os denominados crimes de responsabilidade não têm natureza jurídica penal.

C) Certo

E) Errado

Questão 11- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: STJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - STJ - Analista Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Inspetor da Polícia Judicial

Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue o item a seguir.

A aplicação das penas previstas na Lei de Abuso de Autoridade requer a imposição das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

C) Certo

E) Errado

Questão 12- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PGM - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PGM - SP - Procurador do Município

No que diz respeito ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- A) Há consenso na doutrina de que o Poder Executivo exerce funções bem delimitadas e distintas das dos demais poderes, devido à rígida e absoluta separação dos poderes na CF.
- B) No regime de responsabilidade do presidente da República, ele será suspenso de suas funções se a Câmara dos Deputados receber denúncia por infração penal comum.
- C) Inclui-se entre as atribuições do presidente da República propor ao Congresso Nacional a declaração de estado de defesa e de estado de sítio.
- D) As atribuições constitucionais do presidente da República são indelegáveis.
- E) Ao processo de responsabilização criminal comum e por crime de responsabilidade do presidente da República aplica-se o Código de Processo Penal apenas de forma subsidiária, quando for o caso.

Questão 13- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: CNJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - CNJ - Analista Judiciário - Área Judiciária

Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A citada lei prevê como penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade a limitação de fim de semana, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 mês a 12 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

C) Certo

E) Errado

Questão 14- Ano: 2019 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-PR Prova: CESPE - 2019 - TJ-PR - Juiz Substituto

Tratando-se de processo referente a crime de responsabilidade cometido por presidente da República, a Constituição Federal de 1988 exige que o juízo de admissibilidade seja realizado

- A) pela Câmara dos Deputados.
- B) pelo Senado Federal.
- C) pelo STF.
- D) pelo Congresso Nacional.

Questão 15- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPC-SC Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPC-SC - Procurador de Contas do Ministério Público

Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

Caso seja reconhecida a reincidência em crime de abuso de autoridade, a perda do cargo público é efeito automático da sentença condenatória.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 16- Ano: 2020 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEFAZ-AL Provas: CESPE - 2020 - SEFAZ-AL - Auditor de Finanças e Controle de Arrecadação da Fazenda Estadual

Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 17- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: MPC-SC Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPC-SC - Procurador de Contas do Ministério Público

Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas

questões já tenham sido decididas no juízo criminal. Contudo, faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

C) Certo

E) Errado

Questão 18- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TCE-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TCE-RJ - Analista de Controle Externo - Especialidade: Direito

Com relação aos poderes da República, julgue o item a seguir.

As constituições dos estados não podem estender aos governadores a prerrogativa do presidente da República quanto à impossibilidade de prisão, em crimes comuns, até sentença condenatória transitada em julgado.

C) Certo

E) Errado

Questão 19- Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TSE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2024 - TSE - Técnico Judiciário - Área: Administrativa - Especialidade: Agente da Polícia Judicial

Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Se um agente público cometer crime de abuso de autoridade, é vedada a substituição de eventual pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.

C) Certo

E) Errado

Questão 20- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: POLC-AL Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - PO-AL - Papioscopista

A respeito do Poder Executivo, do processo legislativo e do Ministério Público, julgue o item a seguir.

Se o presidente da República cometer crime de responsabilidade, caberá ao procurador-geral da República oferecer denúncia contra ele perante o Supremo Tribunal Federal, o qual, após fazer a análise preliminar da peça acusatória, a enviará ao Senado Federal, que deverá conduzir o processo.

C) Certo

E) Errado

Questão 21- Ano: 2025 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Andradina - SP Prova: CESPE / CEBRASPE - 2025 - Prefeitura de Andradina - SP - Procurador Jurídico Municipal

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A conduta do agente de ter submetido a filha do investigado, nas circunstâncias narradas, à exibição forçada de dados privados do aparelho celular configura obtenção manifestamente ilícita de prova e enseja a responsabilização do agente por abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Questão 22- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEPLAN-RR Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - SEPLAN-RR - Analista de Planejamento e Orçamento - Especialidade: Planejamento e Orçamento

Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 estabelece as normas de processo e de julgamento dos crimes de responsabilidade imputáveis ao presidente da República.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 23- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEE-PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Analista em Gestão Educacional - Direito

Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o próximo item.

Um servidor público determinou a instauração de procedimento fiscalizatório com base no teor de uma correspondência fechada, pertencente ao fiscalizado, cujo conteúdo foi indevidamente devassado por terceiro, e esse fato era previamente conhecido pelo servidor. Nesse caso, o servidor público praticou, em tese, um dos crimes de abuso de autoridade.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 24- Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEPLAN-RR Provas: CESPE / CEBRASPE - 2023 - SEPLAN-RR - Analista de Planejamento e Orçamento - Especialidade: Planejamento e Orçamento

Com base nas disposições constitucionais a respeito da responsabilidade do presidente da República, julgue o item a seguir.

É crime de responsabilidade ato do presidente da República que atente contra o cumprimento de decisão judicial.

- C) Certo
- E) Errado

Questão 25- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: IBAMA Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - IBAMA - Analista Ambiental - Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É atípica a conduta descrita em lei como abuso de autoridade quando praticada por mero capricho ou satisfação pessoal do agente, sendo exigida a finalidade específica de prejudicar ou beneficiar outrem.

C) Certo

E) Errado

Questão 26- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: TJ-RJ Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - Analista Judiciário - Execução de Mandados

Acerca do que dispõe a CF sobre o Poder Executivo, assinale a opção correta.

Alternativas

- A) Caberá à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação contra o presidente da República, tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade.
- B) As competências do vice-presidente da República estão previstas em rol taxativo no texto constitucional
- C) No caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República, caberá ao Congresso Nacional a eleição durante todo o período presidencial.
- D) Em qualquer hipótese, poderá o presidente da República extinguir cargos públicos por meio de decreto
- E) Em razão dos preceitos de segurança nacional, são indelegáveis as atribuições do presidente da República.

Questão 27- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Governo de Alagoas - AL Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - Governo de Alagoas - AL - Agente Penitenciário - SEPLAG

Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Eventual abuso cometido no cumprimento da medida alcança exclusivamente os agentes policiais, visto que a legislação de regência não prevê como sujeito ativo membros do Poder Judiciário.

C) Certo

E) Errado

Questão 28- Ano: 2022 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: SEE-PE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2022 - SEE-PE - Analista em Gestão Educacional - Geral

Considerando as atribuições e responsabilidades do presidente da República e do Congresso Nacional, julgue o item a seguir.

Sujeita-se a crime de responsabilidade o ministro de Estado que se recusar a prestar informações requeridas por qualquer das casas do Congresso Nacional.

C) Certo

E) Errado

Questão 29- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: PRF Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - PRF - Policial Rodoviário Federal

A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

C) Certo

E) Errado

Questão 30- Ano: 2021 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: AL-CE Prova: CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - Analista Legislativo - Consultoria Técnica Legislativa

De acordo com a CF, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra

- I- o exercício dos direitos sociais.
- II- o cumprimento das decisões judiciais.
- III- o livre exercício dos poderes constitucionais dos estados.
- IV- o poder de polícia judiciária.
- V- a organização e o funcionamento da administração federal.

Estão certos apenas os itens

A) I e II.

- B) III e V.
- C) I, II e III.
- D) III, IV e V.
- E) I, III e IV.

Gabarito

Gabarito	
01- E	16- C
02- E	17- C
03- E	18- C
04- E	19- E
05- C	20- E
06- C	21- C
07- C	22- E
08- C	23- C
09- E	24- C
10- C	25- E
11- E	26- A
12- E	27- E
13- E	28- C
14- A	29- C
15- E	30- C